



EXMO. SR. DR. DESEMBARGADOR RELATOR OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO DA 4ª CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

Processo: 08368695320178152001

BRDESCO SEGUROS S.A., já devidamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, por meio de seus advogados que esta subscreve, vem à presença de V. Excelência, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** promovida por **MARCILIO NESTOR DA SILVA**, opor

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Ante os fundamentos a seguir:

DA OMISSÃO

Quanto a atualização do valor da condenação apesar de constar no recurso de apelação, houve um equívoco cometido pelo Magistrado de piso, que compromete a liquidação do julgado e o i. Relator não se manifestou ao prolatar seu voto, vejamos trecho da d. Sentença impugnada:

“[...] incidindo **correção monetária a partir da citação e juros de mora a contar do evento danoso** (art. 416 – **Taxa Selic**).

Ora i. Relator o Magistrado de piso arbitrou como marco inicial para a contagem de correção monetária a data da citação, porém, em relação aos **CORREÇÃO MONETÁRIA**, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 580 pacificando a incidência dos juros a partir do EVENTO DANOSO.

Em relação aos **JUROS DE MORA**, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da CITAÇÃO.

Ademais, ao final o i. magistrado fixou o índice pela TAXA SELIC, ocorre que tratando-se de consectários moratórios incidentes sobre o indébito a Taxa Selic representa, a um só tempo, a remuneração a título de juros e a atualização monetária, não havendo que se falar em datas distintas para seu computo.

Neste sentido o Ministro Luis Felipe Salomão (REsp 1.081.149) propôs utilizar o índice oficial de correção monetária ou tabela do próprio Tribunal local, somado à taxa de juros de 1% a.m. (ou 12% a.a.), nos termos do art. 161 do CTN. Aponta, porém, o abuso que pode gerar a aplicação da taxa SELIC:

“Independente de questionamento acerca do acerto ou desacerto da adoção da Selic como taxa de juros a que se refere o art. 406 do Código Civil, o fato é que sua incidência se torna impraticável em situação como a dos autos, em que os juros moratórios fluem a partir do evento danoso (súmula 54) e a correção monetária em momento posterior (súmula 362). Assim, tendo em vista a subsidiariedade expressa no próprio art. 406 do Código Civil, em situações como essas, em que juros e correção não fluem simultaneamente, parece correta a aplicação do art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional (1% de juros ao mês), sem prejuízo da incidência da correção monetária, no período correspondente, pelos índices oficiais aplicáveis em cada caso.

A adoção da Selic para efeitos de pagamento tanto de correção monetária quanto de juros moratórios pode conduzir a situações extremas: por um lado, de enriquecimento sem causa ou, por outro, de incentivo à litigância habitual, recalcitrância recursal e desmotivação para soluções alternativas de conflito, ciente o devedor que sua mora não acarretará grandes consequências patrimoniais.”

Neste ponto, requer seja verificada a omissão informada, devendo-se esclarecer a aplicação dos consectários legais, observando os ditames legais previstos para a matéria *in loco*.

DOS HONORÁRIOS EXORBITANTES

Com a mais a respeitosa vênia, assim o fazendo, afigura-se a v. decisão contraditória em pontos essenciais, justificando o cabimento dos presentes Embargos de Declaração, a fim de que essa V. Exa. decida-os e confira os efeitos integrativos ao respeitável decurso.

Ofertando, de início, todo respeito ao MM. Juízo, entende a Seguradora embargante que sucumbiu em parte mínima do pedido, devem as verbas relativas às custas judiciais, taxa judiciária e honorários advocatícios, serem suportadas pelo embargado, de forma integral.

Nesse sentido, o disposto no artigo 86, parágrafo único do Código de Processo Civil/2015, *verbis*:

“Art. 86 - Se cada litigante for, em parte, vencedor e vencido, serão proporcionalmente distribuídas entre eles as despesas.

Parágrafo único - Se um litigante sucumbir em parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelas despesas e pelos honorários.” (gn)

Ressalta-se, que o *caput* do dispositivo legal sobre que se versa faz expressa referência à distribuição proporcional das verbas sucumbenciais, o que, na presente hipótese, não ocorreu, pois, a sentença de condenou a Embargante na parte mínima do pedido.

Portanto, repita-se, diante da sucumbência na parte MÍNIMA do pedido não há que se falar na condenação da embargante ao pagamento de honorários advocatícios conforme disposto na d. decisão R\$1.200,00 (hum mil e duzentos reais) tendo em vista que o valor da condenação foi de apenas R\$843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos).

Diante do exposto, merece ser sanada a contradição acima mencionada, motivo pelo qual o presente recurso deve ser acolhido.

São essas as razões pelas quais a embargante confia, espera e requer sejam acolhidos e providos os presentes Embargos Declaratórios, enfrentado o ponto OMISSO e CONTRADITÓRIO, conferido efeitos integrativos para o fim de prover integralmente, tudo por ser medida de direito e irretorquível JUSTIÇA!

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA, 28 de janeiro de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB